





 Camila da Silva Florintino¹


 Denise Karulyne de Sousa Silva¹


 Cristine Garcia Gabriel²

 Claudia Soar²

 Paula Lazzarin Uggioni²

 Janaina das Neves²

¹ Universidade Federal de Santa Catarina , Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Florianópolis, SC, Brasil.

² Universidade Federal de Santa Catarina , Departamento de Nutrição, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Florianópolis, SC, Brasil.

Artigo elaborado a partir da dissertação intitulada "Análise da Implementação de Ações de Educação Alimentar e Nutricional em Unidades de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Florianópolis, Santa Catarina" autoria de Camila da Silva Florintino e orientação de Janaina das Neves, apresentada em novembro de 2021, no programa de Pós-Graduação em Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

Financiamento: projeto de pesquisa intitulado "Fortalecimento da Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar: ações multidisciplinares e intersetoriais", financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) edital MCTIC/CNPq N° 28/2018.

Correspondência

Camila da Silva Florintino
camilasflorintino@gmail.com

Editoras Associadas

 Cristiane Marques Seixas

 Juliana Pereira Casemiro

 Luciana Azevedo Maldonado

 Maria Fátima Garcia Menezes

Princípios do Marco de Educação Alimentar e Nutricional na prática escolar: análise em uma capital brasileira

Principles of the Food and Nutrition Education Framework in school practice: analysis in a Brazilian capital

Resumo

Em 2012, o "Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas" (Marco de EAN) apresentou uma nova concepção e princípios norteadores para a Educação Alimentar e Nutricional (EAN). O objetivo deste estudo foi analisar se o referencial proposto pelo Marco foi contemplado nas ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) desenvolvidas por escolas. Realizou-se estudo qualitativo e exploratório, no qual foram convidadas a participar as 125 escolas públicas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental I de Florianópolis, Santa Catarina. Para coleta de dados, foi utilizado questionário *on-line* semiestruturado sobre o desenvolvimento das ações de EAN em 2019. As respostas foram submetidas a análise temática, agrupando respostas semelhantes em categorias e subcategorias, para identificar quais princípios do Marco de EAN foram atendidos. Participaram 94 escolas públicas, sendo os diretores os principais respondentes. Identificaram-se nove categorias de ações de EAN: Atividades lúdicas, musicais e teatrais, contação de história e recursos audiovisuais; Atividades pedagógicas; Elaboração de materiais e atividades práticas; Formação, reuniões, palestras e informativos; Horta Pedagógica; Oficinas culinárias; Oferta de alimentação escolar; Projeto refeitório; e Visitas a feiras agroecológicas. Os princípios atendidos em todas as ações foram: diversidade de cenários de prática, intersetorialidade e planejamento, avaliação e monitoramento. Constatou-se que, em uma única ação, diferentes princípios foram atendidos. É fundamental capacitar continuamente os profissionais do ambiente escolar para utilização do Marco de EAN como referência para realização das ações de EAN.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional. Alimentação Escolar. Promoção da Saúde Alimentar e Nutricional.

Abstract

In 2012, the Food and Nutrition Education Reference Framework for Public Policies (FNE Framework) presented a new conception and guiding principles for Food and Nutrition Education (FNE). The objective of this study was to analyze whether the Framework principles were included in FNE actions performed by schools. In this sense, 125 municipal public Early Childhood Education and Elementary Education schools in Florianópolis, state of Santa Catarina, were invited to participate in the study, designed as exploratory qualitative. To collect data, one used a semi-structured online questionnaire on the performance of FNE actions in 2019. Responses went through Thematic Analysis, and the similar ones were grouped into categories and subcategories in order to identify which FNE Framework principles were met. Ninety-four public schools participated in the study, and principals were the main

respondents. Nine categories of FNE actions were identified: playful, musical, and storytelling activities; pedagogical activities; preparation of materials and practical activities; training, meetings, lectures, and newsletters; school garden; hands-on cooking classes; offer of school meals; cafeteria project, and visits to street markets. The principles met in all actions were: diversity of practice scenarios, intersectorality and planning, evaluation and monitoring. It was found that different principles were met in a single action. Professionals have to be trained continuously in the school environment to use the FNE Framework as a parameter for carrying out FNE actions.

Keywords: Food and Nutrition Education. School Feeding. Food and Nutrition Health Promotion.

INTRODUÇÃO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é uma estratégia de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) reconhecida em nível mundial.¹ No Brasil, esteve presente na ciência da nutrição desde a sua criação, na metade da década de 1930. No entanto, esse percurso é marcado por inúmeros avanços e limites, com distintas interferências políticas. A exemplo disso, nas décadas de 1980 a 1990, a EAN esteve ausente nos programas de saúde pública.^{2,3}

Com os desdobramentos históricos e políticos da EAN no país, seu conceito foi sendo moldado ao longo das décadas, visando envolver as distintas dimensões da alimentação e do alimento, em conformidade com conhecimentos científicos e populares.⁴ Essa concepção foi consolidada em 2012 no documento intitulado “Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas” (Marco de EAN), que abarca a EAN no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no estímulo a práticas voluntárias e autônomas de hábitos alimentares saudáveis, de forma contínua, permanente, por meio de uma equipe multiprofissional e de metodologias de ensino problematizadoras e ativas que favoreçam o diálogo entre os indivíduos.⁵

O Marco de EAN definiu uma agenda pública voltada para a formação profissional, estudos e pesquisas, com o intuito de articular os saberes populares, comunidades tradicionais e conhecimento técnico-científico. O documento apresenta nove princípios organizativos e doutrinários que podem ser utilizados em diferentes setores, com respeito às distintas especificidades e realidades.⁵

Nesse sentido, há consenso de que a escola é um ambiente promissor para a realização de ações voltadas a PAAS.^{6,7} No contexto das escolas básicas públicas do Brasil, essas ações estão articuladas com o PNAE, através da oferta de refeições e a inserção de EAN no processo ensino e aprendizagem.⁸

A inserção da EAN no programa ocorreu por meio da Lei nº 11.947/2009.⁸ Ao longo da década de 2010, aconteceram importantes avanços para fortalecer a prática da EAN nas escolas. Destacam-se a publicação do Marco de EAN,⁵ do *Guia Alimentar para a População Brasileira*⁹ e a identificação da EAN como tema transversal no currículo escolar por meio da Lei nº 13.666¹⁰ e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).¹¹ A Resolução nº 6/2020¹² reconhece esses documentos oficiais como orientadores do desenvolvimento da EAN.

Apesar dos avanços significativos ocorridos nos últimos anos para promover a prática EAN, especialmente no ambiente escolar, diversos autores têm observado uma lacuna entre as bases teóricas e a aplicação prática da EAN.^{13,14}

Em âmbito nacional, alguns estudos recentes têm avaliado a consistência do conteúdo sobre EAN em livros didáticos^{15,16} e nos Cadernos de Atividades para a Educação Infantil e Ensinos Fundamental I e II.¹⁷ Recentemente, celebrando 10 anos do Marco de EAN, foi publicado o documento “Laboratório de Inovação em EAN” (LIS-EAN), que apresenta relatos de experiências de EAN em diversos setores, como saúde, educação, assistência social, e aborda os princípios contemplados por essas experiências.¹⁸ No entanto, ainda são escassos os estudos que avaliam a adequação da prática em relação aos fundamentos teóricos de EAN.

Por essa razão, o presente estudo teve o objetivo de analisar os princípios do Marco de EAN contemplados nas ações de EAN desenvolvidas por escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental públicas da capital de Santa Catarina (SC), Brasil.

MÉTODOS

Estudo qualitativo exploratório, para o qual foram convidadas a participar todas as escolas (n=125) de Educação Infantil (n=89) e Ensino Fundamental I (n=36) da rede pública da capital Florianópolis-SC. A Educação Infantil (creche e pré-escola) atende crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, enquanto o Ensino Fundamental I (anos iniciais) contempla alunos de 6 a 10 anos.¹⁹ A pesquisa ocorreu de setembro de 2019 a março de 2020.

A coleta de dados sobre as ações de EAN aconteceu por meio de um questionário *on-line* semiestruturado (*Google Forms*). O questionário foi direcionado às escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I públicas de Florianópolis-SC e encaminhado aos diretores, supervisores pedagógicos e professores das escolas, os quais receberam o *link* de acesso via e-mail. As escolas tinham um prazo de 30 dias para responder e semanalmente recebiam mensagem de lembrete sobre o prazo. Para garantir o máximo de respostas, foi feito contato telefônico e via *e-mail* com aqueles que não responderam. Com isso, foram consideradas perdas e/ou insucesso as escolas que recusaram participar e não responderam ao contato via *e-mail* e telefônico após cinco tentativas (em diferentes dias e horários). Adotou-se como critério de inclusão os participantes assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O questionário *on-line* utilizado foi previamente validado por Soar et al.²⁰ e contém 25 itens distribuídos em quatro seções: 1) Identificação da escola – 7 itens; 2) EAN na escola – 10 itens; 3) Utilização da horta escolar – 5 itens; e 4) Interação de profissionais e familiares com as ações de EAN – 3 itens. O questionário não sofreu adaptação para realização desta pesquisa. Para atender ao objetivo deste estudo, foram utilizadas as seções 1 e 2. Vale destacar que a seção 2 continha uma questão aberta, para que os participantes descrevessem com detalhes as ações de EAN realizadas em suas escolas em 2019. No cabeçalho da questão, havia a orientação para preenchimento e foram solicitadas as seguintes informações: título, objetivo, metodologia, periodicidade e responsável pela ação de EAN desenvolvida. As escolas podiam descrever mais de uma ação.

Os dados coletados por meio do questionário *on-line* foram organizados no programa Microsoft Office Excel 2010®. As respostas referentes às ações de EAN desenvolvidas foram submetidas a Análise Temática, que prevê seis etapas: 1. Familiarização dos dados; 2. Geração dos códigos iniciais; 3. Busca por temas; 4. Revisão dos temas; 5. Definição e denominação dos temas; e 6. Produção do relatório.²¹

Dessa forma, inicialmente as respostas das escolas foram organizadas para identificação das ações desenvolvidas, e aquelas escolas que não responderam completamente a esta questão foram excluídas da análise. Após essa etapa, a partir da leitura do título, objetivos e métodos, as ações semelhantes foram agrupadas em grandes categorias e subcategorias. Para cada ação de EAN, foram analisados os princípios do Marco de EAN atendidos. A análise foi feita de forma subjetiva por uma pesquisadora e revisada por duas pesquisadoras. A execução dessa parte foi baseada na proposição de Rosenthal, Camargo & Das Neves,²² que realizaram análise de propostas metodológicas de ações de EAN desenvolvidas nos estágios curriculares de nutrição no município de Florianópolis-SC.

Cabe destacar que o Marco de EAN estabeleceu nove princípios de EAN. Contudo, no presente estudo foram utilizados os princípios agrupados em cinco grandes temas, conforme apresentado no documento de Princípios e Práticas para EAN,²³ apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Agrupamento dos Princípios do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas. Santa Catarina, 2019

Temas	Princípios do Marco de EAN
1. Sistema alimentar e suas múltiplas dimensões a partir da noção de sustentabilidade.	I. Sustentabilidade Social, Ambiental e Econômica. II. Abordagem do Sistema Alimentar na sua integralidade.
2. A comida, o alimento e a culinária como elementos de referência e valorização dos diferentes saberes e culturas	III. Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas. IV. A comida e o alimento como referências: Valorização da culinária enquanto prática emancipatória.
3. Educar para o autocuidado, de maneira permanente, gerando autonomia, participação crítica e consciente	V. A promoção do autocuidado e autonomia. VI. A educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos.
4. Atuar em diversos cenários, agregando diferentes atores, trajetórias, setores e instituições	VII. A diversidade nos cenários de prática. VIII. Intersetorialidade.
5. Planejamento, avaliação e monitoramento.	IX. Planejamento, avaliação e monitoramento.

Fonte: Adaptado do documento “Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional” (Brasil, 2018).

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC), sob parecer número 3.344.858. O TCLE foi disponibilizado no início do formulário, e as escolas tinham a opção de aceitar ou não participar da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização dos respondentes, escolas e ações de EAN desenvolvidas

O presente estudo teve a taxa de participação de 75,2% (n=94) das escolas da rede pública municipal de Florianópolis-SC, sendo que 67% (n=63) eram escolas de Educação Infantil, 29,8% (n=28) Ensino Fundamental e 3,2% (n=3) apresentavam ambas as modalidades. A maioria dos respondentes foram diretores (67,0%; n=63), seguidos pelos professores (13,8%; n=13), supervisores (9,6%; n=9) e outros profissionais (9,6% n=9), como auxiliares de sala.

Foi observado que apenas 5,3% (n=5) dos respondentes deste estudo não realizaram ações EAN em 2019, sendo essas escolas excluídas da análise. Embora não tenham sido identificadas as razões para a não realização das ações, estudos anteriores, como o de Silva et al.²⁴ apontam diversos motivos, tais como a falta de nutricionistas, escassez de tempo, desinteresse da comunidade escolar e insuficiência de recursos humanos.

É importante destacar que os nutricionistas vinculados ao PNAE e aos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs) desempenham papel crucial na formação dos atores, no planejamento, no monitoramento das ações e no desenvolvimento de materiais pedagógicos. Embora sejam indutores da execução das atividades do PNAE, enfrentam desafios como a sobrecarga de trabalho e a escassez de recursos, o que pode prejudicar a efetivação das ações de EAN.^{25,26}

No sentido de ampliar a participação dos atores sociais da escola para a implementação da EAN, em 2022, o PNAE emitiu uma nota técnica descrevendo como deve ser a atuação dos gestores, equipe de gestão escolar, nutricionistas, cozinheiras escolares, educadores, agricultores familiares, pais e responsáveis pelos alunos, e membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).²⁷ Dessa forma, a responsabilidade para a realização das ações não deve recair sobre um único ator social. Além disso, a articulação de espaços para formação continuada pode sensibilizar e qualificar os atores para desenvolver a EAN alinhada às referências bases,^{5,9} integradas ao currículo escolar, e estabelecer parcerias entre diferentes setores e a comunidade, que podem contribuir para garantir recursos significativos para consolidar a EAN.^{6,23}

A partir da análise temática, foram identificadas nove categorias referentes às ações desenvolvidas em 2019, sendo elas: 1. Atividades lúdicas, musicais, teatrais, contação de história e a utilização de recursos audiovisuais; 2. Atividades pedagógicas inseridas nas disciplinas ou áreas de conhecimento; 3. Elaboração de materiais e atividades práticas; 4. Formação, reuniões, palestras e informativos à comunidade escolar; 5. Horta pedagógica; 6. Oficinas culinárias; 7. Oferta de alimentação saudável; 8. Projeto Refeitório; 9. Visitas a feiras agroecológicas. As categorias, subcategorias, características das ações de EAN e os tipos de escolas estão no Quadro 2.

Quadro 2. Categorias, subcategorias e definições das Ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas pelas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede pública de Florianópolis, Santa Catarina, 2019.

Categorias	Subcategorias e Definições	Tipo de escola
1. Atividades lúdicas, musicais, teatrais, contação de história e a utilização de recursos audiovisuais.	<p>a. Contação de história e teatro: apresentações dinâmicas para estimular o consumo de alimentos in natura através da narrativa e da encenação teatral.</p> <p>b. Mostra cultural: teatro e dança sobre a cultura e alimentos de diferentes países.</p> <p>c. Territórios brincantes: projeto coletivo que trabalhou por meio do brincar diferentes aspectos da vida, sendo um deles a alimentação.</p> <p>d. Apresentação de vídeos educativos: sobre a importância das frutas.</p>	Educação Infantil
2. Atividades pedagógicas inseridas nas disciplinas ou áreas de conhecimento	Inserção da EAN como tema transversal nos Núcleos da ação pedagógica da Educação Infantil e nas disciplinas do Ensino Fundamental, como por exemplo ciências/biologia.	Educação Infantil Ensino Fundamental I
3. Elaboração de materiais e atividades práticas	<p>a. Trabalhando gêneros textuais: confecção de placas indicativas para horta e a elaboração de cartazes pelos alunos sobre o tema alimentos in natura e processados.</p> <p>b. Elaboração de livros de receitas: são feitas pesquisas sobre as receitas da família.</p> <p>c. Composição nutricional dos alimentos: realizar a pesagem da quantidade de açúcar/sal dos alimentos.</p>	Ensino Fundamental I

Quadro 2. Categorias, subcategorias e definições das Ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas pelas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede pública de Florianópolis, Santa Catarina, 2019.(Cont)

<p>4. Formação, Reuniões, Palestras e informativos a comunidade escolar</p>	<p>a. Realização de oficinas: sobre a horta para família e comunidade.</p> <p>b. Coordenação e Planejamento interdisciplinar: orientação entre nutricionista, cozinheiras escolares e professores para execução de ações de EAN.</p> <p>c. Entrevista entre alunos, cozinheiras escolares e nutricionista: resultou na produção de um jornal informativo sobre as ações desenvolvidas na escola.</p> <p>d. Diálogo com o nutricionista: visitas às salas de aula para discutir a importância da alimentação saudável e apresentar o cardápio da alimentação escolar aos alunos.</p>	<p>Ensino Fundamental I</p>
<p>5. Horta Pedagógica</p>	<p>a. Pesquisa sobre cultivo na horta escolar: identificação e aprendizado sobre os alimentos a serem cultivados, utilizando recursos on-line ou livros.</p> <p>b. Oficina de Plantio: atividade focada no cuidado da horta, abordando técnicas de plantio, irrigação e colheita dos alimentos cultivados, incluindo hortas suspensas em garrafas PET.</p> <p>c. Atividades de Compostagem: compreende a reutilização de resíduos orgânicos para serem processados na composteira, resultando na produção de adubo</p>	<p>Educação Infantil Ensino Fundamental I</p>
<p>6. Oficinas culinárias</p>	<p>a. Preparação de alimentos da horta: desenvolvimento de receitas com alimentos cultivados na horta escolar, com ingredientes da alimentação escolar e o aproveitamento integral dos alimentos.</p> <p>b. Projeto sala: preparação de receitas em consonância com o conteúdo do currículo escolar.</p> <p>c. Culinária e cultura: explorando receitas culinárias para conhecer a cultura alimentar do Brasil e de outros países.</p> <p>d. Cozinhando em família: preparação de alimentos saudáveis ou pratos culinários do cotidiano dos alunos e seus familiares.</p>	<p>Educação Infantil Ensino Fundamental I</p>
<p>7. Oferta de alimentação saudável</p>	<p>a. Projeto aniversariante: comemoração mensal dos aniversários dos alunos com bolo de frutas (por exemplo, melancia).</p> <p>b. Provando alimentos: reconhecendo e provando novos alimentos da cultura regional.</p> <p>c. Piquenique com frutas.</p>	<p>Educação Infantil Ensino Fundamental I</p>
<p>8. Projeto Refeitório</p>	<p>Organização do espaço de refeições em buffets ou com travessas para promover a autonomia dos estudantes ao se servirem.</p>	<p>Educação Infantil</p>
<p>9. Visitas a feiras agroecológicas</p>	<p>Passeio para que os alunos conheçam e selecionem os alimentos disponíveis para venda.</p>	<p>Educação Infantil Ensino Fundamental I</p>

Cabe ressaltar que publicação prévia visou investigar de forma descritiva e com abordagem quantitativa o desenvolvimento das ações de EAN nas escolas públicas municipais da capital catarinense. Foi constatado que, das 89 escolas que realizaram EAN, 95,5% (n=85) adotaram atividades pedagógicas inseridas no currículo escolar, ou seja, integradas em disciplinas ou áreas de conhecimento. Além disso, 71,9% (n=64) das escolas implementaram horta pedagógica, 46,1% (n=41) realizaram oficinas culinárias, 28,1% (n=25) ofereceram alimentação saudável, 24,7% (n=22) desenvolveram projetos de refeitório, 11,4% (n=10) promoveram atividades lúdicas, teatrais e contação de histórias, 10,1% (n=9) realizaram palestras e bate-papos, 6,7% (n=6) se dedicaram à elaboração de materiais, outros 6,7% (n=6) ofereceram formação à comunidade escolar e 3,4% (n=3) implementaram outras atividades, como utilização de vídeos e filmes, visitas a feiras e atividades sobre composição nutricional.²⁸

Observa-se que, no presente estudo, algumas categorias foram agrupadas de maneira distinta, devido às similaridades das ações e para que todas fossem contempladas em categorias. Além disso, o estudo descritivo avaliou as ações desenvolvidas de forma geral, sem especificar a modalidade de ensino.²⁸

Este estudo constatou que oito categorias de ações contemplaram o seguinte tema dos princípios do Marco de EAN: "Educar para o autocuidado, de maneira permanente, gerando autonomia, participação crítica e consciente". Além disso, todas as ações contemplaram os temas "Atuar em diversos cenários, agregando diferentes atores, trajetórias, setores e instituições" e "Planejamento, avaliação e monitoramento". Isso ocorreu principalmente porque as escolas mencionaram o planejamento das ações antes de sua execução (Quadro 3).

Quadro 3. Princípios do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para políticas públicas atendidos pelas Ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas pelas escolas da rede pública municipal de Florianópolis, Santa Catarina, 2019.

Temas	Ações de EAN desenvolvidas (2019) Categorias (subcategorias)
1. Sistema alimentar e suas múltiplas dimensões a partir da noção de sustentabilidade.	4. Formação, Reuniões, Palestras e informativos a comunidade escolar (a) 5. Horta Pedagógica (a, b, c). 6. Oficinas culinárias (a). 9. Visitas a feira agroecológicas
2. A comida, o alimento e a culinária como elementos de referência e valorização dos diferentes saberes e culturas	1. Atividades lúdicas, musicais, teatrais, contação de história e a utilização de recursos audiovisuais (b). 3. Elaboração de materiais e atividades práticas (b). 6. Oficinas culinárias (a, b, c, d). 7. Oferta de alimentação saudável (b). 8. Projeto refeitório
3. Educar para o autocuidado, de maneira permanente, gerando autonomia, participação crítica e consciente	1. Atividades lúdicas, musicais, teatrais, contação de história e a utilização de recursos audiovisuais (a, b, c, d). 3. Elaboração de materiais e atividades práticas (a, b, c). 4. Formação, Reuniões, Palestras e informativos a comunidade escolar (a, c, d). 5. Horta Pedagógica (a, b, c). 6. Oficinas culinárias (a, b, c, d). 7. Oferta de alimentação saudável (a, b, c). 8. Projeto refeitório. 9. Visitas a feira agroecológicas

Quadro 3. Princípios do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para políticas públicas atendidos pelas Ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas pelas escolas da rede pública municipal de Florianópolis, Santa Catarina, 2019. (Cont)

Temas	Ações de EAN desenvolvidas (2019) Categorias (subcategorias)
4. Atuar em diversos cenários, agregando diferentes atores, trajetórias, setores e instituições	1. Atividades lúdicas, musicais, teatrais, contação de história e a utilização de recursos audiovisuais (a, b, c). 2. Atividades pedagógicas de EAN inseridas nas disciplinas ou áreas de conhecimento. 3. Elaboração de materiais e atividades práticas (a, b, c). 4. Formação, Reuniões, Palestras e informativos a comunidade escolar (a, b, c). 5. Horta Pedagógica (a, b, c). 6. Oficinas culinárias (a, b, c, d). 7. Oferta de alimentação saudável (a, b, c). 8. Projeto refeitório. 9. Visitas a feira agroecológicas
5. Planejamento, avaliação e monitoramento.	Todas as categorias

*subcategorias descritas no Quadro 2.

Nessa direção, o documento LIS-EAN destaca que a integração dos princípios III (valorização da cultura local e da diversidade de saberes e perspectivas), IV (a comida e o alimento como referências) e V (promoção do autocuidado e da autonomia) do Marco de EAN, presentes nas experiências de EAN descritas no documento, são mais bem compreendidos e apresentam maior potencial de aplicação na última década. A adoção desses princípios pode contribuir significativamente para a melhoria do panorama alimentar atual.¹⁸

Ações de EAN na Educação Infantil e os princípios do Marco de EAN

Este estudo identificou ações desenvolvidas exclusivamente nas escolas de Educação Infantil, tais como o projeto de refeitório e atividades lúdicas, musicais, teatrais, contação de histórias e a utilização de recursos audiovisuais (Quadro 2).

As ações de EAN nas escolas devem ser planejadas considerando as diferentes fases dos alunos, para que a aprendizagem seja garantida de forma adequada e promova a interação dos alunos com os educadores.²⁹

A educação Infantil é reconhecida como uma fase de desenvolvimento oral, motor, emocional e cognitivo. De maneira geral, as crianças desta fase aprendem brincando e fazendo de conta. Explorar estas características do brincar é essencial para o desenvolvimento socioemocional das crianças.^{17,30}

Nesse sentido, o Projeto Refeitório tem como característica a organização em balcões de distribuição e decoração do ambiente do refeitório, para que as crianças tenham autonomia no momento de se servir e tenham um momento agradável durante as refeições.³¹ O projeto contemplou diferentes temas dos princípios do Marco de EAN, dentre os quais o alimento como referência, educar para o autocuidado/autonomia e atuar em diferentes cenários de práticas (Quadro 3). Além disso, o Projeto Refeitório parece estar em consonância com a recomendação de fazer a refeição em companhia presente na segunda edição do *Guia Alimentar da População Brasileira*.⁹

Cabe ainda destacar que diferentes autores consideram que a oferta da alimentação escolar pautada nas diretrizes do PNAE, sobretudo a aquisição de alimentos da agricultura familiar, por si só, se enquadra como ação de EAN, por contribuir para maior diversidade de alimentos *in natura* e promover hábitos alimentares saudáveis.^{32,33}

As escolas do presente estudo utilizaram diferentes ferramentas para realização de atividades lúdicas, como teatros, contação de história e música. Nesta categoria, destaca-se o Projeto Territórios Brincantes, uma proposta metodológica do município de Florianópolis-SC. O projeto trabalha diferentes saberes através de cinco ciclos durante três semanas, entre os ciclos, desenvolvem atividades sobre alimentação.³⁴

Relatos de experiência de ações de EAN no ambiente escolar nos estados da Paraíba²⁹ e do Mato Grosso³⁵ também utilizaram diferentes ferramentas lúdicas. A utilização da ludicidade nas ações de EAN tem-se mostrado efetiva na compreensão do conteúdo sobre alimentação, de maneira prazerosa, contribuindo para o desenvolvimento infantil e a construção de práticas que promovam a autonomia e escolhas alimentares mais adequadas e saudáveis.^{29,35}

Em contrapartida, o estudo de Santos & Carvalho¹⁴ sobre a percepção de nutricionistas do PNAE acerca da EAN encontrou que, embora as atividades lúdicas sejam bem aceitas pelos atores escolares, os profissionais não as utilizam necessariamente para promover a dialogicidade. Em vez disso, aplicam conteúdos de forma tradicional, perpetuando o paradigma da educação tradicional.

Além da autonomia, as ações lúdicas desenvolvidas no presente estudo também contemplaram os princípios sobre valorização da cultura (Quadro 3). Desenvolver ações de EAN que envolvam os aspectos culturais da alimentação se mostra crucial para identificar o quão múltiplas são as práticas alimentares nas diferentes culturas do povo brasileiro. O enfoque dessas ações está na utilização do alimento e da comida como ferramenta pedagógica, característica que pode fortalecer as práticas alimentares regionais.¹⁷

No entanto, em um estudo que analisou as noções de cultura em pesquisas sobre EAN nas escolas, identificou-se que, embora a cultura apareça nos textos analisados, a forma como ocorre é equivocada, levando a noção da cultura para uma esfera comportamental. Sendo assim, compreende-se a cultura alimentar como crenças, representações e conhecimentos que são herdados de uma pessoa e inseridos em determinados contextos sociais.³⁶

Ações de EAN no Ensino Fundamental e os princípios do Marco de EAN

Este estudo observou que algumas ações de EAN foram somente desenvolvidas nas escolas de Ensino Fundamental, como: elaboração de materiais e atividades práticas; e formação, reuniões, palestras e informativos à comunidade escolar.

Alunos da primeira fase do Ensino Fundamental iniciam a interação social, o desenvolvimento da memória, linguagem e uma melhor compreensão dos conhecimentos abstratos. Atividades que envolvam o trabalho em grupo e pesquisa são interessantes nesta fase, visto que os alunos conseguem se manter por mais tempo em concentração, comparados às crianças menores.^{17,37}

Dessa forma, a elaboração de materiais faz com que o aluno participe ativamente da atividade, assim como se configura como uma prática multidisciplinar, ao envolver diferentes aspectos da alimentação/nutrição, enquanto promove habilidades de escrita e linguagem.^{5,37} Nesse sentido, constatou-se que as escolas contemplaram os temas dos princípios: educar para o autocuidado, de maneira

permanente, gerando autonomia, participação crítica e consciente; e atuar em diversos cenários, agregando diferentes atores, trajetórias, setores e instituições (Quadro 3).

Este estudo identificou que as ações desta categoria contemplaram os princípios que envolvem o sistema alimentar e suas múltiplas dimensões, uma vez que as escolas relataram promover oficinas sobre a horta escolar com as famílias dos alunos (Quadro 3). Outros estudos, como o de Burkhart et al.,³⁸ que investigaram as percepções sobre EAN em programas de alimentação escolar de autoridades governamentais de saúde e educação dos Países Insulares do Pacífico, destacaram que a horta escolar é uma ótima oportunidade para aproximar a família da escola. Além disso, na parte descritiva das escolas desse estudo, publicada em 2023, observou-se que aproximadamente 55% das escolas que desenvolveram ações de EAN (n=89) tiveram participação da família ou responsáveis.³⁴

Por outro lado, a palestra não é a forma mais recomendada para realizar a EAN, pois não propicia a participação ativa dos sujeitos. Isso não significa que palestras, especialmente as críticas e dialógicas, nunca possam ser empregadas. Salienta-se ainda que esse estudo não avançou no sentido de analisar se as palestras aconteceram de forma dialógica. Estas, contudo, podem ser combinadas com outros métodos e assim se configurar uma prática contínua e efetiva. Observa-se um direcionamento, nos últimos anos, em busca de métodos de ensino inovadores e problematizadores, que proporcionem uma formação integral.^{39,40} Ainda que a palestra não promova a participação ativa do sujeito, o conteúdo abordado pode propiciar o desenvolvimento da autonomia e autocuidado (Quadro 3), por evidenciar a relação do corpo com o alimento.¹⁷

Ações de EAN comuns nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental e os princípios do Marco de EAN

As ações inseridas nas áreas de conhecimentos ou disciplinas, na horta e oficinas culinárias, foram comuns na Educação Infantil e Ensino Fundamental (Quadro 2).

Destaca-se que, neste estudo, a EAN foi articulada nas áreas de conhecimento ou disciplinas, principalmente em Ciências e Biologia. Publicação prévia com o mesmo público identificou que nas escolas de Educação Infantil (n=64), 95,3% (n=61) realizaram a EAN em todos os Núcleos de Ações Pedagógicas (Linguagens, Relações Sociais e Culturais, e Natureza). Nas escolas de Ensino Fundamental (n=28), 78,6% (n=22) inseriram a EAN na disciplina de Ciências e Biologia.³⁴

Corroborando os resultados encontrados, pesquisa realizada na República da Irlanda por Darmody⁴¹ também identificou a centralização da EAN em disciplinas de biologia e saúde. Através de uma pesquisa-ação, o estudo irlandês buscou ampliar as capacidades de crianças e professores em relação à educação alimentar e à sustentabilidade. No entanto, os autores observaram que, apesar da conexão entre esses temas, as ações geralmente se concentravam nos aspectos de saúde, sem explorar o impacto do sistema alimentar moderno na biodiversidade. Essa similaridade com o contexto brasileiro reforça a necessidade de ampliar a abordagem da EAN para além da perspectiva da biologia, incorporando dimensões sociais, culturais e ambientais.

Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu que as escolas básicas do Brasil devem inserir os temas transversais ou contemporâneos (meio ambiente, economia, saúde, cidadania/civismo, multiculturalismo e ciência/tecnologia) no currículo escolar. A transversalidade no currículo não deve ocorrer em uma disciplina isoladamente, ou seja, devem ser ministradas em diferentes áreas de conhecimento, favorecendo a formação integral dos alunos.¹¹ Em consonância, o PNAE publicou a Resolução nº 6/2020, que

esclarece a importância de elaborar ações de EAN em diferentes disciplinas, como Geografia, História, Língua Portuguesa, entre outras.¹²

Estudos realizados na Austrália com pais de estudantes e professores do ensino primário demonstraram que, para as crianças desenvolverem habilidades relacionadas à alimentação, é necessário incluir a EAN em disciplinas como Ciências, Matemática e Linguagens. Além disso, trabalhar a EAN de forma transversal no currículo escolar pode ser uma forma interessante para integrar a temática em um currículo “superlotado”.^{7,42} Nessa mesma direção, no estudo com os articuladores governamentais de saúde e educação de Países Insulares do Pacífico, os autores observaram que os participantes consideraram que articular a EAN com a horta pode ser uma forma interessante de trabalhar a transdisciplinaridade.³⁸ No entanto, para efetivamente integrar a EAN no currículo escolar, é necessário o esforço dos setores da saúde e da educação, assim como oportunizar, aos profissionais, capacitação contínua e tempo para que consigam desenvolver as ações de EAN nas escolas.^{7,42}

Outros estudos que avaliaram o conteúdo de livros didáticos e fizeram um panorama das ações de EAN no Brasil evidenciaram que os conteúdos têm um enfoque nos aspectos biológicos e na racionalidade alimentar.^{15,16,39,40} Sendo assim, é necessário rever estes conteúdos, visando favorecer a realização de EAN conforme recomendam os principais referenciais teóricos e normativos do país.

Diferente disso, Castro et al.³³ observaram que, nos anos de 2016 a 2019, houve a inclusão dos temas sobre alimentação e nutrição na quarta capa dos livros didáticos distribuídos nas escolas públicas brasileiras. Ainda mais, esses livros utilizaram como base teórica o Marco de EAN e o *Guia Alimentar para a População Brasileira*.

As escolas do presente estudo realizaram ações de EAN envolvendo os princípios sobre o sistema alimentar e sustentabilidade (Quadro 3), como por exemplo, a realização de oficinas sobre a horta para família/comunidade, oficinas de plantio com os alunos, compostagem, desenvolvimento de oficinas culinárias com os alimentos colhidos da horta e visitas a feiras agroecológicas. De acordo com o Marco de EAN, esses princípios apresentam uma perspectiva que vai além da dimensão ambiental. Dessa forma, compreendem-se as ações pelas relações humanas, sociais e econômicas determinadas em todas as etapas que envolvem o sistema alimentar. Ou seja, é fundamental idealizar ações de EAN que abordem o sistema alimentar na sua integralidade, da produção ao consumo.⁵

Semelhante ao presente estudo, Maldonado et al.¹⁷ avaliaram os princípios do Marco de EAN atendidos nas atividades elaboradas nos Cadernos de Atividades para Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II do Ministério da Educação. As autoras identificaram que as ações que abordaram as oficinas de plantio, visitas a feiras, mudanças dos alimentos em função do processamento, produção e consumo de alimentos no meio ambiente contemplaram os princípios sistema alimentar e sustentabilidade.

A utilização da horta como ferramenta pedagógica de EAN é reconhecida por diferentes autores e programas governamentais no Brasil e no exterior.^{12,38-40,43-46} A exemplo disso, no Brasil, em 2004, o MEC, em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), implementou o programa “Educando com a horta” e em 2009 passou a inserir a gastronomia no projeto.⁴³ Na capital de Santa Catarina, em 2001, a Secretaria de Educação desenvolveu um projeto com hortas escolares para o desenvolvimento de EAN e educação ambiental e em 2009 passou a integrar o projeto do governo federal, o qual finalizou em 2017.^{47,48}

Dessa forma, desenvolver ações de EAN na horta e articular com oficinas culinárias vai além de contemplar o sistema alimentar na sua integralidade. Também utiliza o alimento como referência, propiciando assim a valorização da cultura e práticas alimentares regionais.³⁹

Ainda sobre a culinária, a segunda versão do *Guia Alimentar para População Brasileira*⁹ traz em suas recomendações a importância de desenvolver ou resgatar as habilidades culinárias, a fim de promover o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados. Nesse sentido, a culinária como recurso pedagógico propicia trabalhar com o conceito ampliado de saúde e os determinantes sociais do processo saúde-doença. Mais que isso, potencializa o protagonismo dos atores sociais envolvidos no processo educativo e favorece o desenvolvimento de habilidades de autocuidado.⁴⁹

Pontos fortes e limitações

A principal força deste estudo foi explorar as ações de EAN e suas características, verificando se estão em consonância com os princípios do Marco de EAN. Esse processo é importante para demonstrar o quanto possível é alcançar as diretrizes que orientam a EAN no espaço escolar.

Todavia, iniciar coleta de dados próximo ao final do ano pode ter impossibilitado maior participação das escolas, sendo um ponto a ser analisado para pesquisas futuras. Ademais, este estudo não permite analisar com mais detalhes aspectos que envolvem o desenvolvimento das ações de EAN nas escolas estudadas, sendo necessário a realização de estudos de caso ou entrevistas. Contudo, dar a possibilidade aos representantes das escolas para descreverem a metodologia das atividades foi fundamental para identificar os aspectos gerais das ações de EAN e assim verificar a conformidade com os documentos norteadores.

CONCLUSÃO

Por meio deste estudo, foi possível observar que algumas ações de EAN que envolveram o lúdico foram mais comuns na Educação Infantil, assim como atividades que envolveram elaboração de materiais e palestras ocorreram mais no Ensino Fundamental. A horta e a oficina culinária foram usadas como ferramentas pedagógicas nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Também se identificou que as ações desenvolvidas pelas escolas atenderam parcial ou totalmente os princípios do Marco de EAN. Nesse sentido, todas as escolas atenderam aos temas "Atuar em diversos cenários, agregando diferentes atores, trajetórias, setores e instituições" e "Planejamento, avaliação e monitoramento", destacando-se a elaboração do planejamento das atividades.

Embora se compreenda que uma única ação de EAN possa atender a diferentes princípios do Marco de EAN, é fundamental proporcionar uma capacitação contínua aos diversos profissionais do ambiente escolar. Isso possibilitará o planejamento das ações de acordo com as referências-base.

A avaliação da convergência dessas ações com o referencial teórico é essencial para concretizar as bases teóricas na prática das escolas e em outros setores. Sendo assim, estudos futuros que investiguem os conhecimentos dos diferentes atores sociais sobre EAN, bem como os referenciais utilizados para embasar a prática, podem contribuir para o aprimoramento da EAN.

REFERÊNCIAS

1. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). School-based food and nutrition education. FAO; 2020 [acesso 21 abr 2024]. Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/cb2064en>.

2. Boog MCF. Educação nutricional: passado, presente, futuro. *Revista de Nutrição* 1997;10(1):5-19.
3. Lima ES. Mal de fome e não de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar. Brasil, 1934-1947. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2000.
4. Amparo-Santos L. Avanços e desdobramentos do marco de referência da educação alimentar e nutricional para políticas públicas no âmbito da universidade e para os aspectos culturais da alimentação. *Revista de Nutrição*. 2013;26(5):595-600. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732013000500010>
5. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. MDS; 2012.
6. Barbosa NVS, Machado NMV, Soares MCV, Pinto ARR. Alimentação na escola e autonomia - desafios e possibilidades. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2013;18(4):937-45. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400005>
7. Love P, Booth A, Margerison C, Nowson C, Grimes C. Food and nutrition education opportunities within Australian primary schools. *Health Promot Int*. 2020;35(6):1291-1301. <https://doi.org/10.1093/heapro/daz132>
8. Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da medida provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 2 de julho de 1994; e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, 2009* [acesso 21 abr 2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm
9. Brasil. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. MS; 2014.
10. Brasil. Presidência da República. Secretaria Geral. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. *Diário Oficial da União, Brasília, 2018* [acesso 21 abr 2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13666.htm
11. Brasil. Ministério da Educação. Temas Contemporâneos Transversais na Base Nacional Comum Curricular. ME; [acesso 21 abr 2024]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>
12. Brasil. Ministério da Educação. Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília: Ministério; 2020 [acesso 21 abr 2024]; Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>
13. Camozzi ABQ, Monego ET, Menezes IHCF, Silva PO. Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia? *Caderno Saúde Coletiva* 2015;23:32-7. <https://doi.org/10.1590/1414-462X201500010006>.

14. Santos PSO, Carvalho VCHS. Percepção dos nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre Educação Alimentar e Nutricional. *Demetra*. 2021;16:e51296. <https://doi.org/10.12957/demetra.2021.51296>
15. Lima MM, TORAL N. Análise dos conteúdos de alimentação e nutrição nos livros didáticos de Ciências do ensino fundamental da rede pública de ensino. *Demetra*. 2020;15:e42744. <https://doi.org/10.12957/demetra.2020.42744>
16. Costa GB, Vincha KRR, Carneiro ACLL. Abordagem do Guia Alimentar para a População Brasileira em livros de ciências do ensino fundamental. *Demetra*. 2021;16:e51578. <https://doi.org/10.12957/demetra.2021.51578>
17. Maldonado L, Farias SC, Damião JJ, Castro LMC, Silva ACF, Castro IRR. Proposta de educação alimentar e nutricional integrada ao currículo de Educação Infantil e Ensino Fundamental. *Caderno Saúde Pública*. 2021;37:e00152320. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00152320>.
18. Brasil. Ministério da Saúde. Laboratório de Inovação em Educação Alimentar e Nutricional: Uma celebração dos 10 anos do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas. MS; 2023.
19. Brasil. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. MEC; 2018.
20. Soar C, Gabriel CG, Hinning PF, Uggioni PL, Souza IC. Desenvolvimento e validação de instrumento para diagnóstico das ações de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito escolar. *Demetra*. 2022;17:e65638. <https://doi.org/10.12957/demetra.2015.16072>
21. Braun V, Clarke V. Using Thematic Analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*. 2006;3(2):77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
22. Rosenthal FG, Camargo MEZ, Neves J. Caderno de Educação Alimentar e Nutricional: reflexões sobre as ações desenvolvidas na Rede Pública de Educação do município de Florianópolis/SC. Universidade Federal de Santa Catarina; 2018.
23. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional. MDS; 2018.
24. Silva SU, Monego ET, de Sousa LM, de Almeida GM. Food and nutrition education actions and the nutrition is twith in the scope of the National School Food Program. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2018;23(8):2671–81. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.19642016>.
25. Chaves LG, Santana TCM, Gabriel CG, Vasconcelos FAG. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. *Ciência e saúde coletiva*. 2013;18:917-26. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400003>.
26. De Araújo Lobo C, Rodrigues Fechine VM. Avaliação da parceria FNDE e IFES na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *RSP*. 2021 [acesso 21 abr 2024];72(3):554-82. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4939>.

27. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Nota Técnica - Educação Alimentar e Nutricional no PNAE: atores sociais e possibilidades de atuação. 2022 [Acesso em 2024 April 21]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/encontros-tecnicos/NotaTecnicaEANassinada.pdf>.
28. Florintino CS, Sousa DKS, Gabriel CG, Soar C, Uggioni PL, Das Neves J. Analysis of the implementation of Food and Nutrition Education actions in public schools in a capital city in southern Brazil. *Revista de Nutrição*. 2023;36. <https://doi.org/10.1590/1678-9865202336e220185>.
29. Santos ABMV, Souza GSF, Mendonça IN, Nonato LFT, Alves MGD, Oliveira MAS, et al. Caminhos para articulação da Educação Alimentar e Nutricional com o currículo escolar: relato de experiência no contexto do ensino fundamental. *Demetra*. 2021;16:e56719. <https://doi.org/10.12957/demetra.2021.56719>.
30. Brasil. Ministério da Saúde. Caderno de Atividades Promoção da Alimentação Adequada e Saudável Educação Infantil. MS; 2018.
31. Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. Aprendizado na hora de comer: creches da rede municipal de ensino utilizam o momento da alimentação para transmitir conhecimentos. Florianópolis: Secretaria; 2014 [Acesso em 30 mai 2023]. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=notpagina¬i=11542>
32. Teo CRPA, Monteiro CA. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos. *Ver Nutr* 2012;25:657-68. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732012000500010>.
33. Castro SFF, Melgaço MB, Souza VMG, Santos KS. Convergência de políticas públicas educacionais na promoção da alimentação adequada e saudável. *Rev Panam Salud Publica*. 2019;43:e96. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2019.96>
34. Florianópolis. Secretaria Municipal da Educação. Crianças exploram profissões e brincadeiras em ambientes projetados: territórios brincantes. Florianópolis: Secretaria; 2019 [Acesso mai 30 2023]. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=21123>
35. Prado BG, Fortes ENS, Lopes MAL, Guimarães LV. Ações de educação alimentar e nutricional para escolares: um relato de experiência. *Demetra*. 2016;11(2):369-382. <https://doi.org/10.12957/demetra.2016.16168>
36. Verthein UP, Amparo-Santos L. A noção de cultura alimentar em ações de Educação Alimentar e Nutricional em escolas Brasileiras: Uma análise crítica. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2021;26:4849-58. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.01932020>
37. Brasil. Ministério da Saúde. Caderno de Atividades Promoção da Alimentação Adequada e Saudável Ensino Fundamental I. MS; 2018.

38. Burkhart S, Hayman A, Lam F, Jones B, Horsey B, Craven D, et al. School food programmes in the Pacific Islands: exploring opportunities and challenges for creating healthier school food environments. *Public Health Nutrition*. Cambridge University Press; 2023;26(2):455-66. <https://doi.org/10.1017/S1368980022001951>
39. Almeida GM, Silva SU, Soares GB, Gregório NP, Sousa LM, Monego ET. Educação Alimentar e Nutricional no exercício profissional do Nutricionista atuante no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um panorama brasileiro. *Demetra*. 2018;13(4):851-73. <https://doi.org/10.12957/demetra.2018.36604>
40. Ottoni IC, Domene SMA, Bandoni DH. Educação Alimentar e Nutricional em escolas: uma visão do Brasil. *Demetra*. 2019;14:e38748. <https://doi.org/10.12957/demetra.2019.38748>
41. Darmody M. Widening capabilities through a food and sustainability education initiative. *Educational Action Research*. 2022;30(4):585-603. <https://doi.org/10.1080/09650792.2022.2058042>
42. Aydin G, Booth A, Margerison C, Worsley A. Food and nutrition education in Australian primary schools: parents' views. *Health Education*. 2022;121(4):451-464. <https://doi.org/10.1111/chso.12545>
43. Rede de Alimentação e Nutrição do Sistema Único de Saúde. Educando com a horta escolar e a gastronomia [Internet]. 2012 [acesso 30 mai 2023]. Disponível em: http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-read_article.php?articleId=280
44. Amiri A, Geravandi S, Rostami F. Potential effects of school garden on students' knowledge, attitude and experience: A pilot project on sixth grade students in Iran. *Urban For Urban Green*. 2021;62:127174. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2021.127174>
45. Soltero EG, Parker NH, Mama SK, Ledoux TA, Lee RE. Lessons Learned From Implementing of Garden Education Program in Early ChildCare. *Health Promot Pract*. 2021;22(2):266. <https://doi.org/10.1177/1524839919868215>
46. Rector C, Afifa NN, Gupta V, Ismail A, Mosha D, Katalambula LK, et al. School-Based Nutrition Programs for Adolescents in Dodoma, Tanzania: A Situation Analysis. *Food and nutrition bulletin*. 2021; 42(3):378-388. <https://doi.org/10.1177/03795721211020715>
47. Morgado FS, Santos MAA. A horta escolar na educação ambiental e alimentar: experiência do Projeto Horta Viva nas escolas municipais de Florianópolis. *Revista Eletrônica de Extensão*. 2008;5(6):1-10.
48. Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo. Hortas Escolares e Comunitárias. Florianópolis. 2021 [acesso 30 mai 2023]. Disponível em: <https://cepagroagroecologia.wordpress.com/educacao-ambiental/educando-com-a-horta-escolar-e-a-gastronomia/>
49. Menezes MFG, Maldonado LA. Do Nutricionismo à comida: a culinária como estratégia metodológica de educação alimentar e nutricional. *Revista HUPE*; 2015;14(3). <https://doi.org/10.12957/rhupe.2015.19950>

Colaboradoras

Florintino CS, Uggioni PL e Neves J contribuíram na concepção e desenho; análise e interpretação; revisão e aprovação da versão final; Silva DKS contribuiu na revisão e aprovação da versão final; Gabriel CG e Soar C contribuíram na concepção e desenho; revisão e aprovação da versão final.

Conflito de Interesses: As autoras declaram não haver conflito de interesses.

Recebido: 31 de maio de 2023

Aceito: 13 de maio de 2024